

JUDICIÁRIO

Moro ganha a 1ª no julgamento do TRE

Relator não vê abuso de poder econômico e caixa 2, que podem tirar mandato do ex-juiz

» HENRIQUE LESSA

O senador Sergio Moro (União Brasil-PR) obteve, ontem, a primeira vitória no julgamento da ação que corre no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), e que pede que ele tenha o mandato cassado por suposto abuso de poder econômico. O relator do processo, desembargador Luciano Falavinha de Souza, isentou o ex-juiz da Operação Lava-Jato de ter cometido crime eleitoral, em 2022.

Para o relator, não há provas que sustentem as acusações de que Moro esteve em vantagem sobre os demais candidatos na corrida eleitoral ao Senado, em 2022 — nem de que cometeu abuso de poder econômico ou fez uso de caixa dois na campanha. Segundo Falavinha, apesar de o hoje parlamentar contabilizar um gasto em pré-campanha de cerca de R\$ 400 mil, não há razão para dar prosseguimento à cassação do mandato.

Falavinha disse que o julgamento não é sobre a Lava-Jato, mas sim se Moro cometeu crime eleitoral. “Não se vai aqui julgar a Operação Lava-Jato, seus erros ou acertos”, alertou.

No início da sessão, houve a sustentação oral dos advogados do PL e da Frente Brasil da Esperança (que reuniu PT, PCDoB e PV), autores de ações diferentes contra Moro e que foram apensadas. Na sequência veio o Ministério Público e a defesa do senador. Na vez do relator, ele ressaltou que não poderia indicar o que seria um valor razoável para definir excesso de gastos na pré-campanha.

“Não há previsão legal sobre gastos de pré-campanha, por mais que o limite de campanha possa ser utilizado como uma referência”, destacou.

Capital político

O relator também refutou o argumento da acusação de que Moro usou a pré-campanha à

Presidência como forma de ampliar o capital político na disputa ao Senado pelo Paraná. Falavinha citou o caso do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que se lançou pré-candidato à Presidência, mas recuou e concorreu à reeleição do governo gaúcho.

“Candidatura não nasce da noite para o dia. São construídas no dia a dia, dentro dos partidos. Não se pode fazer a soma das despesas da pré-campanha para concluir que houve abuso”, frisou. Para o desembargador, o ex-juiz só se dedicou à campanha no Paraná depois de 10 de junho de 2022, quando teve a transferência do domicílio eleitoral para São Paulo anulada pela Justiça Eleitoral.

Quanto à possibilidade de utilização de caixa dois na campanha — com a contratação do escritório do advogado Luis Felipe Cunha, primeiro suplente de Moro no Senado —, Falavinha admitiu que o valor da contratação do escritório é “considerável”, mas

compatível com a de renomados escritórios. Apenas salientou que isso não prova o desvio.

Ao fim do voto do relator, o juiz José Rodrigo Sade — escolhido em fevereiro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a cota de advogados no TRE-PR — pediu vista do processo, mas deve entregá-lo até amanhã, quando está marcada a segunda sessão do julgamento — a terceira é na próxima segunda-feira.

A Corte é formada por sete juízes — entre eles o relator — e todos os membros votam, inclusive o presidente, desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, pois os processos envolvem possível perda de mandato. Independentemente do resultado, tanto defesa quanto acusação devem recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral, que terá a última palavra sobre o futuro do ex-juiz.

Se condenado no TSE, Moro perde o mandato e se torna inelegível por oito anos, a contar da eleição de 2022 — o que o impede de disputar cargos até 2030.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

De herói da Lava-Jato a zumbi no Senado

Segundo a filósofa Hannah Arendt, em *A Condição Humana*, o herói não é necessariamente o homem de grandes feitos, equivalente a um semideus. Trata-se de um indivíduo comum que se insere e se destaca no mundo por meio do discurso e da ação.

Os arquétipos do herói remontam à Antiguidade na Grécia. O mito do herói homérico da *Ilíada* sustenta-se em dois pilares: a grandiosidade e a singularidade, além da aspiração à imortalidade. O ex-juiz federal Sergio Moro (União Brasil-PR), que liderou a Operação Lava-Jato, corre o risco de perder o mandato de senador eleito pelo Paraná na Justiça eleitoral de seu estado — e passar de herói a vilão.

A imortalidade só vem com a morte. O mito do herói precisa ter uma existência humana verdadeira. Isso pressupõe também a volta para casa, a vida normal, até que a situação exija outro ato glorioso e individual, de grande bravura. O herói faz coisas sobre-humanas, mas não é imortal.

O ex-juiz federal e senador, quando à frente da Lava-Jato, na 13ª Vara Federal em Curitiba, construiu uma imagem de paladino da ética e do combate à corrupção ao liderar um grande expurgo na política nacional, cujo ápice foi a condenação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agora, responde à acusação de abuso de poder econômico para se eleger senador e a Lava-Jato virou um exemplo tóxico para a Justiça brasileira. Eleito presidente da República, Lula é o herói *noir*, o sujeito cheio de defeitos que faz o que outros não fariam.

Na Lava-Jato, foram realizados mais de 300 inquéritos envolvendo políticos, agentes públicos, doleiros e empresários, sendo o mais famoso o da Petrobras, uma espécie de nave-mãe com destino ao *Inferno de Dante*. Em quase sete anos, teve 79 fases, milhares de mandados de busca e apreensão no país e no exterior, 130 denúncias, 278 condenações, mais de R\$ 4 bilhões devolvidos aos cofres públicos e R\$ 2,1 bilhões em multas, segundo o Ministério Público Federal (MPF).

Tudo começou com uma investigação sobre a rede de doleiros, em diversos estados, que acabou desaguando num vasto esquema de corrupção que causou um prejuízo bilionário para a Petrobras. A estatal estimou as perdas em R\$ 6,2 bilhões. Já o Tribunal de Contas da União (TCU) fala em um prejuízo de R\$ 29 bilhões desde 2002. De acordo com o MPF, até julho de 2019 foram devolvidos à Petrobras, no âmbito da operação, cerca de R\$ 3 bilhões.

A Lava-Jato liquidou a estrutura da indústria de construção pesada e abalou o sistema político brasileiro. Colocou no banco dos réus dirigentes partidários, parlamentares, ex-ministros e executivos das maiores empreiteiras do país, além de levar à prisão dois ex-presidentes da República: Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado no caso do triplex do Guarujá, que veio à tona em uma das operações; e Michel Temer, que foi detido provisoriamente em apurações sobre desvios no setor elétrico.

Baixo clero

A condenação de Lula foi anulada pelo Supremo por um vício de origem: Moro não era o “juiz natural” — forçou a barra para investigar e incluir o caso do triplex no inquérito da Petrobras. Temer passou por grande constrangimento, mas sequer foi considerado réu.

A Lava-Jato adotou um mecanismo instituído em 2013: a delação premiada, benefício concedido a um acusado que aceite colaborar com as apurações. Com base nela, os procuradores da força-tarefa de Curitiba, tendo à frente o procurador da República Deltan Dallagnol, e Moro viraram a política nacional de cabeça para baixo.

O resultado foi o tsunami eleitoral de 2018, com eleição de Jair Bolsonaro à Presidência, enquanto Lula foi parar na cadeia. Entretanto, a população de baixa renda do país se manteve fiel à sua liderança.

Bolsonaro, com seu reacionarismo e negacionismo, fez um governo medíocre. Com isso, ao recuperar a liberdade, Lula passou a ser a única alternativa competitiva para derrotá-lo.

Moro cometeu o maior erro político que poderia. Abandonou a magistratura para ser ministro da Justiça de Bolsonaro. Quando se deu conta de que o cargo seria uma fria, pediu demissão e saiu atirando. Queimou o filme com os apoiadores e aliados do ex-presidente e virou um “ronin” na política, um samurai sem eira nem beira.

Foi salvo pela fama, ao se eleger senador no Paraná, graças ao prestígio pessoal adquirido com a Lava-Jato e ao apoio financeiro do União Brasil. Enquanto a Lava-Jato é desconstruída pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Moro vaga como um zumbi pelos corredores do Senado, onde tem uma atuação apagada e não consegue se articular nem com o baixo clero.

Moro é acusado pelo Ministério Público de abuso de poder econômico. Outra ação diz que há indícios de que ele utilizou recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Campanha, além de outras movimentações financeiras suspeitas, para construção e projeção da própria imagem.

Ontem, no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), o relator do caso, desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, votou contra a cassação. O julgamento será retomado amanhã.

Vilmar Chequeleiro/TRE/PR



Para o desembargador Falavinha, não há provas que sustentem as ações do PL e da frente liderada pelo PT para que Moro seja cassado

STF tem maioria e define papel de militar

» FABIO GRECCHI

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou, ontem, maioria para rejeitar a interpretação de que as Forças Armadas teriam um “papel moderador” em relação a Executivo, Legislativo e Judiciário. A tese foi alardeada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores a respeito de uma interpretação caustica do artigo 142, da Constituição — que serviria, inclusive, para embasar juridicamente uma ruptura institucional.

Até agora, seis ministros votaram contra a suposta

“moderação” a que os militares teriam como prerrogativa. Gilmar Mendes, André Mendonça, Edson Fachin, Flávio Dino e o presidente Luís Roberto Barroso seguiram o voto do relator, Luiz Fux, e entenderam que a Constituição não permite intervenção militar.

A ação sobre o papel dos militares à luz do artigo 142 foi proposta pelo PDT, que questiona os limites para a atuação das Forças Armadas. O julgamento vem se realizando no Plenário Virtual — no qual os ministros inserem os votos no sistema eletrônico, sem

deliberação. Os magistrados têm até o dia 8 para deliberar.

Segundo o voto de Fux, “qualquer instituição que pretenda tomar o poder, seja qual for a intenção declarada, fora da democracia representativa ou mediante seu gradual desfazimento interno, age contra o texto e o espírito da Constituição”.

Já o voto com palavras mais duras até agora foi o de Dino, que o liberou no domingo, exatamente quando o golpe militar completou 60 anos. Ele afirmou que a função militar é “subalterna” e classificou a ditadura que

perdurou no Brasil por 21 anos como um “período abominável”.

De acordo com fontes do STF, o voto de Dino expressou, sobretudo, a indignação do 8 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas depredaram as sedes dos Três Poderes numa tentativa de consolidar um golpe de Estado contra Luiz Inácio Lula da Silva e a favor de Jair Bolsonaro. À época, Dino era ministro da Justiça e Segurança Pública e foi frequentemente acusado pelos apoiadores do ex-presidente de ter se omitido e facilitado o vandalismo contra o Palácio do Planalto, o STF e o Congresso.

VIVA BRASÍLIA O NOSSO MELHOR PRESENTE

A ÚNICA CIDADE BRASILEIRA
ENTRE AS MELHORES DO MUNDO
PARA SE VISITAR, SEGUNDO O
JORNAL AMERICANO THE NEW
YORK TIMES.

★ Os ipês de Brasília são um símbolo afetivo da nossa cidade. Existem cerca de 270 mil ipês em todas as regiões administrativas. Quando florescem, estão presentes em inúmeras fotos.

VIVA OS 64 ANOS E OS
QUE VÊM PELA FRENTE